De:
Data: 1 de setembro de 2020, 15:31:33 WEST
Para: "plano2021-2023@anacom.pt"
Assunto: Nº 14065 - ANACOM: CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES 2021-2023 - ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Exmos Senhores,

Conforme solicitado junto enviamos os nossos contributos:

Questão 1 - "Das prioridades de atuação/ações que a ANACOM se propõe desenvolver, quais as que considera mais prioritárias?"
Resposta: Considera-se que as prioridades de atuação definidas, dentro de cada objetivo prioritário, são, de uma forma geral, todas relevantes.

Questão 2 "Que outras ações considera importante que sejam desenvolvidas pela ANACOM no triénio 21-23, tendo em conta os objetivos estratégicos?"

Resposta: Considera-se importante que a ANACOM desenvolva as seguintes ações:
» Regular, eficazmente, a execução e o acesso a infraestruturas de telecomunicação tendo em conta a proteção da imagem do espaço público:
-Impondo a execução cuidada no estabelecimento das cablagens na via pública, as quais, sempre que existam condições, deverão ser subterrâneas;
-Impondo a remoção das cablagens da via pública, estabelecidas pelos operadores, que se encontrem fora de serviço (verifica-se, em todo o território nacional, a existência de exemplos absolutamente inaceitáveis do ponto de vista urbano, especialmente, ao nível da rede aérea).

» Supervisionar e sancionar em tempo real os níveis da qualidade dos prestadores de serviços de comunicações;

» Defender a net neutrality;

» Defender e regular por forma a garantir que qualquer ponto geográfico, dentro do território nacional, usufrua de serviços de comunicação eletrónica de qualidade;

» Defender o acesso à internet como bem essencial para a sociedade (necessidade demonstrada pelas atuais circunstâncias vividas);

» Defender a diminuição do preço dos serviços de internet garantindo que essa redução seja realizada pela correta ponderação dos custos e não pela menor qualidade dos produtos/serviços prestados;

» Ter uma intervenção mais ativa na defesa dos direitos dos consumidores;

» Garantir que os seus recursos humanos são altamente capacitados, nas matérias da sua responsabilidade, para assegurar total autonomia da sua regulação;

» Munir-se dos recursos humanos, materiais, financeiros e, se necessário, de gestão para introduzir em Portugal as tecnologias de ponta, atualmente mais premente, o 5G,independente da capacidade instalada para outras formatações, ainda não totalmente potenciadas e da opinião dos operadores / players em cena;

» Criar condições regulatórias que incentivem a implementação de redes free-wifi de qualidade de modo a contribuir para o desenvolvimento das smart cities;

Cumprimentos,

Dália Vieira